



Minuta de Ata da 23ª. Reunião Ordinária do CT-BIOTECNOLOGIA

Data: 13/12/2012

Local: Sala de Situação – 529 – MCTI

O Presidente, após dar as boas vindas, propõe modificar a ordem da Pauta, para aprovar primeiramente a Ata da 22ª. Reunião.

A segunda proposição é a respeito da determinação do Ministro Raupp de elencar a Biotecnologia como um dos Programas Estruturantes importantes deste Ministério e sua solicitação para que as Secretarias e as Agências se articulem para sua estruturação. O processo já está em construção.

A FINEP, representada pelo Dr. Vitor, inicialmente pede desculpas pela ausência do Dr. Roberto Vermulm, que se encontra em outra reunião da EMBRAPPII, no 2º andar deste Ministério. Apresenta a situação de nov/2012. Na reunião de set/12 nenhuma ação foi encaminhada à FINEP, ficando apenas as anteriores.

O CNPq, representado pela Dra. Cláudia Gorgati apresenta as tabelas da situação das Ações, o número e valor dos processos, distribuídos em capital e custeio. Fala também dos critérios de aprovação dos projetos do Edital Universal, submetidos à aprovação deste Comitê e das faixas dos valores da classificação alfabética. O Dr. Beirão complementa discriminando os subcomitês CNPq que analisaram a aderência dos projetos ao CT-BIO.

Dr. Carlos Nobre fala da avaliação feita pelo Ministro, o Secretário Executivo e a Secretaria Executiva do FNDCT sobre operacionalidade dos Fundos nos últimos meses e que estes propuseram aos Presidentes de cada Fundo uma nova dinâmica de trabalho. O objetivo é realinhar a missão original dos Comitês em discutir e definir as Ações prioritárias, pela importância das Linhas, dos grandes temas, grandes subtemas, lacunas, etc., desconfigurando a conotação de balcão dada às essas reuniões, já há algum tempo. Os TRs seriam uma consequência das estratégias assim definidas pelos Comitês, possivelmente em menor número e consequentes valores financeiros mais atraentes para a comunidade científica e tecnológica. A Secretaria Técnica de cada Fundo, a área finalística do Ministério, as duas Agências e as áreas técnicas dos Ministérios envolvidos se encarregariam de gerar os TR para submetê-los aos Comitês. A área de saúde resolveu fazer um workshop com a comunidade científica para definir as áreas prioritárias.

Foram apresentadas três propostas para depois colher os comentários:

1 - Mudar a dinâmica de trabalho.

O cenário apresentado pela Presidente Dilma e Ministro Raupp é de que não haverá contingenciamento em 2013, embora o orçamento ainda não tenha sido aprovado. Numa primeira reunião no início do ano seriam definidos os grandes temas, a equipe técnica geraria os TRs e na primeira Reunião Ordinária, já tendo definidos os recursos, seriam mapeados os TRs. Assim as Agências poderiam agir com tempo, recebendo os TR o mais tardar em março, sendo o orçamento e chamadas públicas a partir de abril/maio e contratação a partir de julho/agosto.

Falou rapidamente do resultado desta proposta nos outros Comitês que ele preside. CT-HIDRO aprovou a ideia rapidamente. O CT-AGRO também aprovou com entusiasmo, mas haverá necessidade de um debate prévio para interagir setor público de pesquisa e tecnológico privado dentro do Comitê para definir melhor os grandes temas. O CT-Saúde teve reação cautelosa de não 'mudar as regras durante o jogo', mas na análise, os TRs não foram aprovados. Como no CT-Agro, também marcou uma reunião para o final de janeiro.

Uma reunião por ano de um dia inteiro, no final de janeiro, para fazer um *brain storm*, definir prioridades de investimento, grandes temas, etc. estaria de bom tamanho. A segunda poderia ser para aprovação destes TR resultantes da primeira definição. A terceira para acompanhamento, refinamento dos trabalhos. A quarta para avaliação. O CT- HIDRO optou por 3 reuniões por ano. Os CTs Agro e Saúde optaram por 4.

2 – Atribuições que o contingenciamento causou no FNDCT

O Dr. Carlos teceu considerações sobre o comportamento do contingenciamento, arrecadação ao longo dos anos e suas consequências sobre os projetos aprovados, dos quais muitos não puderam ser contratados.

Citou as reações contrárias do CT-Saúde quanto às mudanças de direção propostas e o mal entendimento quanto à se prestigiar as chamadas públicas no próximo ano. Realçou que o Comitê tem a característica de trazer e discutir os assuntos internamente, mas entende que as encomendas têm que ser minoria (menos que 50% dos recursos) e muito bem fundamentada. Se houver mais de um grupo com interesse naquele assunto, a decisão não será pela encomenda e poderá ser pela Carta Convite. A concorrência pública tem tido o efeito de melhorar a qualidade das propostas apresentadas.

3 – Eventos

O CT- Hidro optou não ter eventos. No CT-AGO e CT-SAÚDE optaram por aprovar somente casos de caráter muito excepcional.

Após a explanação das propostas foi aberta a palavra para os membros:

Dr. Elíbio apoiou e expressou a preocupação operacional de não poder mais atender demandas emergenciais, como foi o caso dos projetos P2. O Dr. Carlos esclareceu que aquela condição de 2011 foi atípica, não se configurando rotina, mas que o Comitê poderia decidir por alocar um recurso estipulado em x% do total de cada ano corrente para contribuir com o Edital Universal com aderência à Biotecnologia. O CT-Hidro já alocou R\$3,00 milhões para o Edital Universal

O Dr. Beirão apoiou e colocou a perspectiva de ter um aumento substancial nos recursos do Edital Universal, em função da comunidade ter crescido muito. Talvez não seja necessária esta contribuição proximamente, mas o foi no ano passado. Foram 111 grupos apoiados, juntamente com o apoio do CT-AGRO.

O Dr. Roberto Lorena apoiou e relatou que a comunidade de sua área já faz este estudo de estratégias e prioridades sócio econômicas, mapeando as atividades com critérios (espécies nativas não cobertas por outros atores ou negligenciadas, volumes de investimentos, tempo de respostas, qualidade do material, etc.) antes de apresentar as Ações a este Comitê, aquelas que por ter natureza biotecnológica, não se enquadram no perfil do Ministério da Agricultura.

Foi lamentável a ideia não ter vindo antes, para já tê-la incluído no Workshop, com maior participação do MCTI.

O Dr. Eduardo coloca a intenção do MS poder interagir com CT-SAÚDE e CT-BIOTECNOLOGIA, conjugar Ações naquilo que for comum – biofármacos – e propor editais comuns. A outra proposta se refere à pesquisa básica, de aumentar o porte do Edital Universal.

Por causa do caráter da transversalidade do CT-BIO, as cooperações entre mais de um CT é sempre bem vinda, pois aumenta a dimensão da Ação. Ex: o programa de Segurança Alimentar, que tem o entrelaçamento de Saúde/Agro e Biotecnologia, que poderia se tornar um dos grandes temas, com aporte de dois ou três CTs, com grande motivação para a comunidade.

O Dr. Odilon apoiou e fez uma reflexão sobre o tema: aproveitando a fala do Dr. Roberto Lorena, apoia a ideia de melhorista e aqui é o lugar para fazer esta melhoria. A sensação é de que o balcão não acaba, e quem tem a chave abre o balcão. A impressão de quando saíram da última reunião, ele e o Rodrigo, era de não ter nada da indústria e a suas culpas era de não terem feito o dever de casa. Com a passagem do Dr. Roberto Vermulm para o meio empresarial de inovação intencionam fazer modificações no CNI e neste meio para que o pessoal comece a se habilitar nesta direção. Quantas são as portas de Biotecnologia no Brasil? Virou moda. Todos os lugares têm comissões de biotecnologia: MS, MIDIC, ABDI, FIESP, FIRJAN, etc. e ninguém definindo destinos. Penso num biosite. Não seria responsabilidade deste Comitê em colocar esta situação em discussão externa?

O Dr. Beirão achou a ideia muito interessante e poderia ajudar muito.

A outra questão levantada pelo Dr. Odilon se refere a patentes. Exemplifica com a Cristália, empresa com mais de 40 anos, que desde 2004 já obteve 43 delas e ainda tem em depósito mais 130 no mundo inteiro. No Brasil, como a demora é de mais de 8 anos, espera-se que a primeira saia em 2013.

O que propõe ao grupo é discutir o modelo de link. O da Cristália se relaciona com todas as universidades do país. Tem um comitê científico que rastreia tudo de interesse, inclusive as patentes, de cunho universal. Ex.: estuda-se a questão da segurança alimentar do japonês e descobre-se que têm maior nº de AVC e menos esquemia cardíaca. Pelo tipo de alimentação levantada descobre-se que consomem 'pepino do mar', que é universal. Acha-se em Pitupitá, no Ceará, numa fazendinha uma colonização de pepino do mar nativo que está sendo estudada há seis anos, com autorização do CEGEN e selo do CNPq no Cristália. Resultado: está para sair um grande anticoagulante no mercado, potencial substituto de produtos importantes, que já mudou a história da cidade, remunerando os habitantes do lugarejo.

Para ativar o CNI e o meio empresarial para desenvolver algo, ele se propõe a fazer o link entre a Farma Brasil, com as nove empresas nacionais, que então envolvidas na questão dos mAb's, anticorpos monoclonais, colocando em contato com o novo Presidente do Grupo Origin. Andeson Simpson virá repatriado dos EUA para assumir a presidência do Grupo, para fazer marketing.

Dr. Nobre propõe que a próxima reunião seja de um dia inteiro para exercitar as reflexões necessárias. Dr. Roberto coloca a sala de reuniões no MAPA à disposição.

Sobre a questão dos eventos: o Dr. Roberto Lorena diz realizá-los com recursos próprios. A não ser um grande evento nacional de cunho da biotecnologia justificaria uma análise, como foi a Feira de Negócios. Pode ser tratado como exceção, contudo, sem ser fechada a possibilidade.

O Dr. Eduardo cita feiras de eventos não passíveis de auxílio do CNPq e outras fontes tradicionais, como feiras empresariais, o Stand Brasil colocado numa Feira Internacional.

O CNPq tem o critério que privilegia eventos de âmbito nacional e tradicionais. Como o recurso é pequeno em relação à demanda, eventos iniciais não são prestigiados. Em eventos Internacionais, somente participações e apresentações, com trabalhos já aceitos, evitando-se participação de mais de um do mesmo departamento.

Quando a proposta é de qualidade as FAPs, e mesmo a CAPES, complementam. Existem nichos muito particulares que precisam ser julgada a procedência da solicitação. Deixar sem critério corre o risco de virar balcão. Ou define-se pelo não patrocínio, como no CT-Hidro, ou define-se algum critério, quais as excepcionalidades que seriam contempladas.

O único caso que poderia apreciar-se seriam eventos internacionais, que tem o corpo empresarial como fundamental. Existem eventos hoje totalmente pagos pela APEX.

Dr. Roberto Lorena sugere que os tecnológicos ficariam por este Comitê e os científicos pelo CNPq.

O Dr. Vitor lembrou a transversalidade da biotecnologia.

O Dr. Nobre sugeriu, como biotecnologia é uma área nova e multifacetada, de rápido crescimento internacional, que se poderia alocar um valor, transferir para o CNPq, para que ele possa apoiar eventos, com critérios diferentes, com mesmo calendário. O Dr. Beirão confirmou esta possibilidade.

O Luiz Henrique apresentou o Programa do Ministério (SETEC e SEPED) para o Biotecnologia, ainda preliminar.

Algumas colocações foram feitas pelo Comitê:

O mercado não é definido pelo nº de empresas, e sim pelo volume de vendas. O nº de empresas que responderam ao questionário não representa o universo de empresas do ramo.

O Brasil está pelo menos 30 anos atrasado, no mínimo, em Biotecnologia, baseado nas liberações de produção para produtos patenteados.

A amostragem feita por um pequeno nº de formulários respondidos, não representando o universo real.

As pequenas empresas não vão escalonar num centro multiusuários.

Não se está formando pessoal em escalonamento.

O Dr. Elíbio enfatiza que deve ser colocado entre o item 2 e 3 dos subprogramas, o subprograma mais importante para transformar o recurso biológico em potencial

produto, que é a engenharia dos recursos biológicos, que engloba a biologia sintética. Só se escala se tiver uma prova de conceito. A bioinformática é uma parte de caracterização de recursos biológicos, realmente faltante no Brasil, mas eu não a considero como um subprograma. Também não entendo porque se deve enfatizar a agropecuária, porque ela já está envolvida até o item 5. Sugiro que o item 2 esteja dentro do 1. Se a molécula está em domínio público, pula direto para o item 3. A bioinformática pode estar dentro da engenharia, mas não a substitui.

Dr. Roberto Lorena salienta que o que tem de comum nos assuntos de agropecuária, entre desenvolvimento de transgênicos, de moléculas para inseticidas, de organismos vivos para bioinseticidas e biofertilizantes, assuntos de genética aplicada a animal e outros, é o foco de segurança alimentar. Fica difícil encaixar nesta classificação, pois se espalha por todos os temas.

Dr. Carlos observa que os subprogramas vão genéricos até o item 5 e depois foca na especificidade da agropecuária. Está desbalanceado. O item 6 é desnecessário, porquanto é PDI, que engloba tudo. Bioinformática tem a necessidade de ter um destaque especial, porque muitos grupos de bioinformática no Brasil não emergiram de dentro da comunidade biológica e sim de gênios da computação. Se ela ficar dentro do grupo de engenharia, talvez não desenvolva muito.

Dr. Elíbio completa que o problema da bioinformática é a manutenção da mão de obra nesta área, por questões financeiras salariais, por conta das distorções de mercado de computação.

Dr. Beirão esclarece que há um grande interesse do pessoal da área biológica na bioinformática. Mas o número de profissionais com este perfil ainda é pequeno e vem crescendo. Neste aspecto não estamos tão atrasados em relação ao mundo.

Há necessidade de se marcar uma reunião extraordinária no final de janeiro, antes da ordinária, em período inteiro, para definir temas e subtemas, em número não muito grande. No período da manhã para um *brain storm* e à tarde, elencar e dar o contorno aos temas sugeridos. A partir daí as áreas técnicas gerariam os TRs, e até fevereiro/março o Comitê aprovaria esses TRs. As Agências passariam a implementar as chamadas públicas até junho e contratação no segundo semestre.

O Dr. Beirão lembra que já existem em alguns Ministérios e outros Órgãos algumas ideias colocadas de áreas que seriam prioritárias, na visão de cada setor. Isso poderia ser compartilhado para que pudéssemos partir de um patamar já trabalhado.

O Dr. Nobre solicitou ao Luiz Henrique para apresentar um texto refinado e conciso da visão do que foi apresentado, incorporando o que foi acrescentado pelos membros durante a explanação.

O Dr. Elíbio sugere que os documentos possam agregar e embasar os subprogramas apresentados com subitens, pontos focados.

Podem ser colocados pontos ainda não contemplados nestes subprogramas, julgados importantes.

A Secretária Técnica lembra que somente algumas áreas de interface com a biotecnologia, como agricultura, fármacos, saúde e alimentos estão representados neste Comitê, mas que existem outras interfaces importantes – energia, petróleo, materiais especiais, saneamento, meio ambiente..., que deveriam ser lembradas neste planejamento para que possam também ser desenvolvidas.

Dr. Carlos solicita que, na brevidade possível, sejam analisados os documentos Manual Operativo e Regimento Interno para que possam ser aprovados na primeira Reunião Ordinária de 2013. O Documento de Diretrizes está sendo desenvolvido pelo CGEE, ainda em andamento, não debatido internamente, portanto ainda não pronto para distribuição ao Comitê. É prevista a distribuição até a primeira reunião, para então debater com o Comitê.

O Calendário: uma Reunião Extraordinária na última semana de janeiro. A Reunião Ordinária dependerá desta, mas a sugestão fica para fevereiro/março.

Brasília, 21/12/12.

